

# DETERMINAÇÕES POLÍTICAS E AS PERCEPÇÕES CULTURAIS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

*Cláudia Fonseca Rocha*

*Orientador: Prof. Dr. Xoán Lagares Diez*

Mestranda

## **Introdução**

Discutir política deveria estar na pauta diária de todos os educadores e cidadãos brasileiros. Apesar do antigo provérbio popular que afirma que “política não se discute”, por talvez remeter a ideia de debates exaltados e divergências de opinião, a política faz parte da essência do ser humano como ser social.

Quando a sociedade se refere à política é comum relacioná-la estritamente a ações tomadas pelo aparelho de Estado, entretanto, sabemos que o tema abrange interesses socialmente partilhados e que deles partem.

Para se entender melhor o que são Políticas Linguísticas, precisa-se primeiramente explorar a esfera das Políticas Públicas nas quais estão inseridas as Políticas Educacionais. As Políticas Públicas são sociais na medida em que “determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas a princípio, à redistribuição dos benefícios sociais” (INEP, 2006, p. 165). Um desses benefícios é o direito à educação conforme garantido no artigo 6º da nossa Constituição Federal de 1988 e também no artigo 205 que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988).

---

As Políticas Educacionais no Brasil são regulamentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 - e suas alterações - e têm como objetivo normatizar a Educação. Existem também inúmeros programas criados pelo governo que incluem os estados, o Distrito Federal, os municípios e as organizações não-governamentais e financiados com recursos do FNDE( Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para atendimento às escolas públicas de educação básica. Alguns desses programas serão revisados nesta pesquisa tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as OCEMs (Orientações Curriculares para o Ensino Médio) - que cuidam das políticas curriculares do ensino, além do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) - que cuida da seleção, triagem, avaliação, compra e provimento dos livros didáticos nas escolas públicas brasileiras, este último em maiores detalhes.

O contexto pós-moderno é marcado pelo fenômeno da globalização e da interconectividade. Ensinar uma língua estrangeira, especialmente a língua inglesa, indiscutivelmente presente na educação, na tecnologia, no mercado de trabalho, no turismo, nos negócios, nas redes sociais transformou-se numa tarefa ainda mais desafiadora que requer uma preparação intercultural consciente do professor. Vivemos hoje uma “nova realidade” na qual o Ensino de Língua Estrangeira se empenha em “romper estereótipos, superar preconceitos, criar espaços de convivência com a diferença que vão auxiliar na promoção de novos entendimentos das nossas próprias formas de organizar, dizer e valorizar o mundo” (EDITAL PNLD, 2017). O objetivo da minha pesquisa de mestrado é analisar os critérios para a escolha do material didático, por professores de inglês de escolas públicas do município do Rio de Janeiro, à luz de suas percepções culturais, ou seja, investigar como acontece este processo e como a relação “cultura e ensino de língua estrangeira” é refletida nessas escolhas.

O tema, apesar de atual, ainda é pouco explorado e o interesse por ele surgiu por dois motivos principais: a minha própria experiência como professora de Língua Inglesa, ao perceber a valorização e preferência, por parte da maioria dos coordenadores pedagógicos e professores, por materiais didáticos de uso global e o desenvolvimento de minha pesquisa acadêmica na especialização. Como a coleta de dados ainda está sendo feita, pretendo neste artigo, discutir parte do embasamento teórico relacionado às Políticas Linguísticas e ao livro didático de Língua Inglesa, através do PNLD e, mais especificamente em como a cultura é tratada no ensino de línguas.

---

## **Definindo os termos em Políticas Linguísticas**

A Política Linguística deve ser concebida como uma questão singular e relevante no contexto das Políticas Públicas e não somente mais um assunto dissipado dentro deste universo. É fundamental perceber que o interesse da Política Linguística ultrapassa o âmbito de decisões tomadas apenas pelo estado uma vez que busca relacionar essas decisões com o grupo social. Portanto, em se tratando da área de Educação, a comunidade escolar e, especialmente o professor, deve refletir de que forma essas decisões podem afetá-los. Como afirma Calvet (2007), cuidar das “grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” é o grande desafio das Políticas Linguísticas. Desafio este bastante difícil, pois se por um lado, o Estado atua de forma normativa ao analisar questões tão abrangentes e complexas por outro, encontramos os diversos agentes sociais- principais interessados por essas resoluções – adaptando-se às normas em suas práticas. Sendo assim, “a política linguística vê-se então confrontada aos problemas da coerência entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas do povo.” (SAVEDRA & LAGARES, p. 15, 2012).

A Política Linguística surgiu com o desenvolvimento da Sociolinguística. O reconhecimento da inseparável relação língua e contexto social transformou a forma pela qual as línguas vinham sendo estudadas que, até então, não considerava o fator social. Iniciou-se com os estudos de Ferguson (1959) sobre plurilinguismo e Haugen(1959) sobre “language planning”no final dos anos 50. A partir daí, os estudos da área se alavancaram e vários outros termos foram surgindo, cada um deles enfocando diferentes percepções sobre a relação entre língua e sociedade. Em 1964, com as contribuições de Bright; Gumperz; Hymes e Labov (este último fundador da Sociolinguística varacionista), a Sociolinguística foi finalmente definida. Outro estudioso que merece ser destacado é o linguista alemão Kloss (1967). Ele dividiu a planificação em dois tipos distintos de intervenções: as da estrutura da língua (referentes à padronização do seu uso na linguagem escrita, questões relacionadas ao léxico, gramáticas etc.) e as do status da língua( prestígio que uma língua ocupa em uma determinada sociedade como as línguas usadas nas escolas ou universidades, a relação da língua padrão com outras de menos prestígio, tanto no âmbito nacional , quanto internacional etc). Com isso, Kloss demonstra que intervenções na língua não se reduzem somente a sua estrutura.

---

Os termos por ele utilizados foram: **planificação da forma** e **planificação do status**, respectivamente. A partir dessas definições, o conceito de “planificação linguística” ampliou-se, ratificando a ideia de que a política atua nas questões linguísticas de forma ampla, complexa e, muitas vezes polêmica, ao lidar com as relações de poder e prestígio. Haugen (1983) aderiu mais tarde a terminologia usada por Kloss (1967) distinguindo a forma da língua (planificação linguística), da função (cultura da língua).

Calvet (2007) é o autor mais utilizado na definição dos conceitos de **Política e Planificação Linguística**. Para este autor, o primeiro termo refere-se à “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” e o segundo, a “sua implementação”. Os dois conceitos, na verdade, fazem parte de um binômio inseparável e devem ser tratados de forma vinculada, ou seja, a Política Linguística em conjunto com as suas aplicações (CALVET, 2007, p. 11-12).

Calvet (2007, p.11) também esclarece que, historicamente, intervenções na língua sempre foram ações praticadas tanto diretamente pelo Estado, quanto por indivíduos ou grupos na sociedade.

“A intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria.”

Muito embora saibamos que as questões sobre a língua sempre motivaram algum tipo de interposição por meio da sociedade ou do Estado, a análise de forma conjugada, da Política com o Planejamento, denota um cunho mais técnico ao se abordar o assunto, pois “implica ao mesmo tempo uma abordagem científica das situações sociolinguísticas, a elaboração de algum tipo de intervenção sobre estas situações e os meios para se fazer essa intervenção.”(CALVET, 2007).

Importante esclarecer que, na língua portuguesa, o termo Política Linguística é bastante abrangente e usado tanto para tratar sobre as questões relacionadas às decisões do Estado, quanto aos assuntos relacionados à implementação dessas decisões. Já na língua inglesa, são usados dois termos distintos, porém, complementares, para se diferenciar essas

---

mesmas funções. São eles: “language policy” - discussões prévias a respeito das línguas e “language planning” - ações propriamente ditas do Estado.

Encerrarei minha revisão dos conceitos teóricos sobre Políticas Linguísticas com Cooper (1989) cuja contribuição sobre conceito do planejamento linguístico é mais ampla e que se adequa ao cunho reflexivo acerca do livro didático que pretendo dar a minha pesquisa. Este teórico reuniu doze definições até então encontradas na literatura da área sobre o tema e desenvolveu perguntas cruciais relacionadas à condução das intervenções da língua tais como os tipos de agentes envolvidos e, principalmente, aos impactos dessas mudanças. Segundo ele, planejamento linguístico deve ser discutido levantando-se em conta quem planeja, o que planeja, para quem planeja e como se planeja (COOPER, 2000, p.31). Cooper pretende demonstrar que o planejamento linguístico requer a compreensão das mudanças sociais que as promovem (COOPER, 2000, p. 1) e, nas questões linguísticas de natureza política, esses aspectos de análise apontados por Cooper só corroboram a complexidade do campo de política e planificação.

Segundo Souza (1999, p. 94) o livro didático tem sido “ o principal mediador no ensino promovido pela instituição-escola. Ele costuma ser, quase que exclusivamente, a principal fonte de material didático utilizado por professores “. Justifica-se, portanto, um dos motivos para que haja uma política pública relacionada a ele, sobre a qual discursaremos a seguir: o PNLD - Programa Nacional do Livro Didático.

### **As Políticas Públicas do LD: o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD**

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é regulamentado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e foi criado pelo governo em Decreto nº 91.542, de 19/8/85 (BRASIL, 1985). Tem como principal objetivo “subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica.” Basicamente, o processo de escolha das obras acontece por meio de uma avaliação que resultará na confecção de um Guia de Livros Didáticos com as resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico (PORTAL MEC,

---

2015 ).A unidade escolar que optarem participar do PNLD receberá os livros na escola e os mesmos deverão ser distribuídos aos alunos. Em termos de investimentos e valores. De acordo com o Portal do Ministério da Educação, a previsão do valor investido para a ano letivo de 2014 era de R\$ 1,127 bilhão, somando um total de 137,8 milhões de livros para os ensinos fundamental e médio.A amplitude do PNLD converteu o governo brasileiro no maior comprador de livros do país e, o Programa, no maior do mundo (CASSIANO, 2007).

O programa iniciou-se em 1937, com o Instituto Nacional do Livro por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema. Refletindo sempre as mudanças políticas ao longo da história brasileira, o programa sofreu inúmeras modificações até que em 1967, com a Lei nº 5.327 foi criado o FENAME ( Fundo Nacional de Material Escolar) o qual esteve em vigor até o fim da ditadura militar e que foi substituído pela Fundação de Assistência ao Estudante por intermédio da Lei nº 7091 de abril de 1983 (BRASIL, 1983). Dois anos depois, em 1985, o governo cria o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD através do Decreto nº 91.542, de 19/8/85 (BRASIL, 1985). Vale ressaltar aqui que somente em 2011 a Língua Estrangeira foi contemplada com o programa para a Educação Básica e, em 2013, o Ensino Médio ( DAHER, 2013).

Uma das funções do PNLD é a de “estimular a discussão e participação de professores na escolha dos materiais didáticos a serem utilizados na escola, contribuindo dessa forma para o exercício competente de sua profissão.” (EDITAL 2017 p.40). Assim sendo, a discussão prévia e em conjunto, entre professores e coordenadores, é essencial para que a escolha do material atenda de forma eficaz às necessidades da comunidade escolar.

No Edital de 2017 de convocação dos editores para o processo de aquisição de obras didáticas encontram-se orientações relacionadas à pluralidade e diversidade cultural, inclusão social e preconceito no material didático o qual não deverá veicular “estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, religiosa, condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos“ (EDITAL 2017, p.42). Fica claro, através do Edital, que os livros que se candidatarem a fazer parte do Programa deverão seguir a política educacional determinada pelos preceitos do respeito à diversidade.

---

## A estreita relação língua e cultura

A língua está tão arraigada à cultura que não há como separar um conceito do outro já que é por meio da linguagem que conduzimos a nossa vida em sociedade. (KRAMSCH, 1998, p.5)

Entender o conceito de cultura não é uma tarefa fácil. O termo tem sido pesquisado por diferentes áreas do conhecimento tais como a sociologia, antropologia, os estudos culturais e a sociolinguística, o que o torna abrangente e sujeito a variadas interpretações. O senso comum costuma associá-la a costumes e tradições de um povo. Esta ideia está relacionada ao conceito antropológico que se refere à forma em que um grupo social se representa perante si e aos outros, através da sua arte, literatura, artefatos do cotidiano etc. que se preserva através da história<sup>1</sup> ou relacioná-lo ao conceito clássico de “civilização” e “letramento” que surgiu na França e na Inglaterra no século XVIII e que denota um caráter hierárquico da cultura ao relacionar o sujeito “culto” como sendo superior. Nesta pesquisa, seguiremos a abordagem sociológica da cultura, ou seja, a que se refere às atitudes e crenças, formas de pensar, agir e recordar em uma comunidade (KRAMSCH, 1996)<sup>2</sup> por conceber a escola imersa em um contexto sociocultural.

A cultura é interpretada, mediada e transmitida através da linguagem e funciona como um elemento linguisticamente mediador numa determinada comunidade discursiva. Definir língua também é uma tarefa difícil como aponta o linguista Marcos Bagno ao questionar se “existe um conceito claro de língua” (BAGNO; LAGARES, p.355). Ele ressalta esta complexidade ao falar de sua dinâmica no contexto sociocultural:

é incontestável que as línguas são o elemento mais importante de uma cultura, de uma sociedade. Seu vínculo estreito com a identidade individual, comunitária e nacional converte a língua ou línguas[...] em poderosos fatores de tensão política, de sofrimento psicológico, de manipulação ideológica e toda sorte de dinâmica sociocultural.”(LAGARES;BAGNO, p.356)

---

<sup>1</sup> “[...] on the way a social group represents itself and others through its [...] works of art, literature, social institutions, or artifacts of everyday life, and the mechanisms for their reproduction and preservation through history”. (KRAMSCH, 1996)

<sup>2</sup> “[...] the attitudes and beliefs, ways of thinking, behaving and remembering shared by members of that community”. (NOSTRAND, 1989, p. 51 apud Kramsch, 1996).

---

A língua, portanto, não cumpre apenas o papel de um código internalizado usado para fins comunicativos mas, o de um instrumento poderoso que carrega marcas identitárias nas práticas culturais de todos os seus falantes em uma comunidade linguística e suas representações.

Outro aspecto fundamental da língua é que ela não só desempenha um papel fundamental na construção da cultura, como também no surgimento das mudanças culturais.<sup>3</sup> (KRAMSCH, 1996). Quando indivíduos de comunidades diferentes interagem, velhos conceitos são reconstruídos, gerando novas visões de mundo sobre si próprios e sobre os outros, provocando mudanças tanto culturais, quanto sociais. Preceitos esses fundamentais quando se trata de abordagem intercultural de ensino pois, promovem nos falantes um entendimento profundo e solidário do outro e de si próprio. É através da educação que essas transformações sociais podem ser iniciadas e a figura central nesta mediação é o professor.

### **Cultura, Educação e a abordagem multicultural do ensino de língua inglesa**

É fato incontestável o predomínio do uso da língua inglesa no mundo. Segundo Crystal (2005), a estimativa do número de falantes do idioma pode chegar a um bilhão e quatrocentas mil pessoas, sendo que destes, aproximadamente 400 milhões são de falantes nativos, outros 400 milhões referem-se aos que a utilizam como segunda língua e cerca de 600 milhões os que a estudam como língua estrangeira. Para Graddol (2006), dentro de 10 ou 15 anos, haverá mais de dois bilhões de pessoas aprendendo inglês. Portanto, ensinar língua inglesa, indiscutivelmente presente na educação, na tecnologia, no mercado de trabalho, no turismo, nos negócios, nas redes sociais transformou-se numa tarefa ainda mais desafiadora.

A facilidade de comunicação atual, através do uso de novas tecnologias, tem proporcionado trocas culturais como nunca antes experimentadas. Por intermédio da internet e o uso de dispositivos eletrônicos, tais como o celular, pessoas de lugares, antes distantes, se aproximam e se comunicam em tempo real, mudando a relação tempo e espaço. Somados a esses aspectos, ou provocados por eles, temos o fenômeno da globalização que diluiu as

---

<sup>3</sup> "Language plays a crucial role not only in the construction of culture, but in the emergence of cultural change." (KRAMSCH, 1995)



---

fronteiras e mudou as relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Desse modo, não há como não concebermos a educação imersa em um contexto culturalmente diverso do mundo pós-moderno e nas implicações ocasionadas por ele.

Sacristán (2001, p.123;124 apud CANDAU, 2008, p.15) aponta que a “modernidade abordou a diversidade de duas formas básicas: assimilando tudo que é diferente a padrões unitários ou “segregando-o” em categorias fora da normalidade de dominante”. A escola tem se esforçado em mudar o caráter homogeneizador e multicultural da educação- que só leva à exclusão e a subjugações das culturas minoritárias – porém, apesar dos esforços, ainda notamos resistência ao se manter velhos padrões, tão arraigados historicamente. Há de se fazer um movimento para que o ambiente escolar seja reconhecido como um espaço de *cruzamento de culturas*<sup>4</sup> (GOMEZ, 1994; 2001) e de seu papel mediador ao desenvolver nos alunos a conscientização da diversidade cultural.

Kramersch ( 2013) aponta que se, no mundo pós-moderno,

“ a cultura não se encontra mais fixada ao conceito de território nacional e sua história então temos que concebê-la como um processo discursivo dinâmico, construído e reconstruído de diversas formas por indivíduos engajados nas lutas por significado simbólico e por controle das subjetividades e interpretações da história.<sup>5</sup>

Todos os indivíduos carregam na sua história a sua memória cultural que perpassa gerações e, a linguagem torna-se veículo dessas marcas identitárias transformando-as nas relações com o outro e com o meio social. O respeito à diversidade inicia-se ao se desenvolver uma visão multicultural do mundo que surgiu justamente com o objetivo de dar “visibilidade às diferenças” (SEMPRINI, 1999, p. 32), incentivando à coexistência enriquecedora de “diversos pontos de vista, interpretações, visões, atitudes provenientes de diferentes heranças culturais” (SEMPRINI, 1999, p. 32).

---

<sup>4</sup> Perez Gomez sugere que a concepção do ambiente escolar de forma complexa, no qual cruzam-se os saberes alojados em diversas disciplinas, a cultura acadêmica do currículo, os influxos da cultura social, a cultura institucional e a cultura experiencial do aluno é o fator principal responsável pelo o que os alunos aprendem. ( GOMEZ, 2001, p.17 apud CANDAU, 2008, p.15-16)

<sup>5</sup>“If culture is no longer bound to the territory of a nation-state and its history, then we have to see it as a dynamic discursive process, constructed and reconstructed in various ways by individuals engaged in struggles for symbolic meaning and for the control of subjectivities and interpretations of history.”

---

É importante salientar que a abordagem multicultural deverá apresentar configurações próprias, para cada local ou contextos diferentes. A história brasileira, como em toda a América Latina, é marcada por escravidão e subordinação às culturas dominantes. Candau (2008) chama a atenção para a diversidade étnica da América Latina como “um continente construído com uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas têm sido uma constante através de toda a sua história”. Nesse sentido, ensinar uma língua hegemônica, fortemente marcada por sua expansão imperialista (PENNYCOOK, 1994), necessita de um professor capacitado para lidar com questões como estereótipos e preconceitos, muitas vezes encontrados em livros didáticos de língua inglesa.

Para Byam (1994), a abordagem intercultural significa ensinar os alunos o respeito a diferentes valores, hábitos e culturas que o outro indivíduo carrega. O professor deverá ser o principal engajador de seus alunos nesse processo. Para isso, exige-se dele uma preparação tanto cultural, quanto crítica para que consiga provocar em seus alunos uma mudança de visão sobre outros indivíduos.

Assim como ocorre com os aprendizes, para que um professor desenvolva uma visão multicultural é necessário primeiramente conhecer sua própria cultura e, para que isto ocorra, a mudança de atitude é essencial. Ao desenvolver sua consciência intercultural, e atuando como um mediador, o professor poderá, então, auxiliar na percepção das relações entre a cultura de seus alunos e a do outro, ajudá-los a desenvolver a curiosidade e interesse sobre as diferenças, assim como perceber a visão do outro sobre a cultura deles próprios<sup>6</sup>. Devido ao caráter constantemente dinâmico e mutável da cultura, o professor de língua estrangeira precisa engajar seus alunos ao longo do processo de aprendizagem intercultural, despertar a curiosidade e pesquisa. Entretanto, apesar de encontramos professores conscientes da importância do desenvolvimento da percepção cultural crítica no ensino de LE, vários fatores ainda impedem o seu desenvolvimento.

- Foco na competência exclusivamente comunicativa;
- Mito do falante-nativo;
- Imperialismo linguístico do Inglês;
- Livro didático utilizado como artefato cultural da cultura dominante;

---

<sup>6</sup>[...] the person who can help learners see relationships between their own and other cultures, can help them acquire interest in and curiosity about 'otherness', and an awareness of themselves and their own cultures seen from other people's perspectives" (BYRAM, 2002, p.10)

- 
- Ênfase na competência linguística do aluno;
  - Crenças, valores e comportamentos dos professores, alunos e comunidade escolar;
  - Falta de uma Política Educacional na formação de professores voltada à conscientização intercultural do professor.
  - Marketing de livros didáticos de uso global;

## **Conclusão**

Pensar em ensino de LE no mundo pós-moderno é entender de que modo a globalização, somada a velocidade extraordinária de propagação da informação por intermédio da internet, mudou as relações econômicas, políticas e sociais; é entender como uma língua “franca”, usada em variados contextos, por diferentes culturas, deixou de “pertencer” exclusivamente a duas únicas nações; é entender a veiculação de poder e ideologias através da língua e que podem representar ideais hegemônicos camuflados em seus discursos e, por fim, não relegar a cultura como sendo padronizada e única pois devemos desenvolver em nossos alunos uma visão multicultural de mundo e nos empenharmos em criar espaços de convívio com a diferença.

A escolha do material didático adequado, dentro de uma política que siga esses preceitos, ou seja, que esteja dentro de uma dimensão intercultural, dependerá da capacitação e conscientização tanto do professor, quanto da comunidade escolar, a respeito da relação língua e cultura e da contextualização da cultura na educação.

## **REFERÊNCIAS**

BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355.

---

BYRAM, M. *From foreign language education to education for intercultural citizenship*. Clevedon: Multilingual Matters, 2008.

CANDAU, V.. *Multiculturalismo : diferenças culturais e práticas pedagógicas* / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ :Vozes, 2008.

CASSIANO. C.C.F. O mercado do livro didático no Brasil: do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – PUCSP, São Paulo, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 de junho de 2015.

CALVET, Louis-Jean. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Ed. Parábola, 2007.

COOPER, R. L. *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press, Edição digitalizada Kindle, 2000.

CRYSTAL, David. *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DAHER, M.D.C. ; DE FREITAS, L.M.A; SANT’ANNA, V.L.A. Repositórios UFPE. Revista Eutomia. “Breve trajetória do processo de avaliação do livro didático de língua estrangeira para a educação básica no âmbito do PNLD”, 2013. Disponível em [www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/.../224](http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/.../224) .Acesso em: 26/01/2015.

FERGUSON, Charles. Diglossia. In: *Word*, 15, 1959.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

HAUGEN, Einer. Planning in modern Norway. In: *Anthropological Linguistics*, 1/3, 1959.

KLOSS, Heinz. Abstand languages and Ausbau languages. In: *Anthropological Linguistics*, 9, 1967.

LABOV, William. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece atualmente as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).. Acesso em: 16 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio ( OCEMs)*. Brasília: MEC, 2006. Disponível em:

---

[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf). Acesso em: 28 de julho de 2015.

MEC/FNDE/SEB. Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de coleções didáticas para o programa nacional do livro didático – PNLD 2017. Disponível em: [www.fnnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?...pnld-2017-edital](http://www.fnnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?...pnld-2017-edital) Acesso em: 22 de julho de 2015.

MEC/SEB. Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Estrangeira - 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_estrangeira.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf). Acesso em: 22 de julho de 2015.

PORTAL INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

LAGARES, X. “Ensino de Espanhol no Brasil: uma (complexa) questão de política linguística”. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs). Política e Políticas Linguísticas. Campinas-SP: Pontes/ALA, p.181-198

LAGARES X. ; SAVEDRA M.M.G. Revista Gragoatá 32 1º semestre de 2012(UFF). “Políticas Linguísticas. Política e planificação: linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil”. Disponível em: <http://www.uff.br/revistagracoata/ojs/index.php/gragoata>. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

SEMPRINI, A. *Multiculturalismo*. Tradução de Laureano Pelegrini. Bauru: EDUSC, 1999.

SOUZA. C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16, 2006: 20-45.